



SEESP *debate* plano diretor paulistano

Seminário, realizado no auditório da entidade em 27 de maio, foi motivado pelo PL 671/2007, que tramita na Câmara Municipal e altera as regras atuais. Especialistas criticaram as mudanças propostas e defenderam ampla discussão.

Páginas 4 e 5

Je
Jornal do
Engenheiro





PREPARAR-SE PARA ENTRAR EM CAMPO

Eng. Murilo Celso
de Campos Pinheiro
Presidente

APÓS GRANDE EXPECTATIVA, a Fifa (Federação Internacional de Futebol) divulgou em 31 de maio último as cidades brasileiras que serão sedes dos jogos da Copa do Mundo de 2014. Belo Horizonte, Brasília, Cuiabá, Curitiba, Fortaleza, Manaus, Natal, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo foram as felizes escolhidas e, passada a comemoração, é preciso dar início a hercúlea tarefa de prepará-las adequadamente para o grande evento.

Desta vez, o Brasil terá de, antes de fazer bonito em campo, mostrar a que veio garantindo não só estádios adequados ao torneio, mas também a infraestrutura urbana e de turismo necessária. São esperados 800 mil visitantes, e os jogos devem chegar a 40 bilhões de telespectadores (*estimativa que leva em conta o número de vezes que a mesma pessoa assistirá a diversas partidas*). Ou seja, será necessário fazer investimentos consideráveis em transportes, energia, comunicações e até saneamento para que esse público seja bem recebido e as transmissões televisivas – o grande negócio da Copa do Mundo – e toda a cobertura de imprensa possam ser feitas sem

contratempos. Mesmo em São Paulo, não é pouco o trabalho que se tem pela frente, a começar pelas melhorias no Aeroporto Internacional de Guarulhos, principal porta de entrada do País. Depois, é preciso que as pessoas cheguem com facilidade à cidade e aos locais onde se hospedarão, o que exige vias rápidas de acesso e transporte público eficiente. À beira do caos e de uma crise de mobilidade, a Capital paulista deve aproveitar sua chance na Copa para resolver o problema, um dos mais graves da cidade, que prejudica tanto a população quanto a economia local. Ainda para atender bem os visitantes, são necessários sistemas de

saúde e segurança pública, outro calcanhar de Aquiles, adequados. Segundo estimativas de José Roberto Bernasconi, presidente do Sinaenco (Sindicato Nacional das Empresas de Arquitetura e Engenharia Consultiva), o custo total da

Na Copa de 2014, antes de exibir um bom futebol, o Brasil terá de mostrar a que veio garantindo não só estádios adequados ao torneio, mas também a infraestrutura urbana e de turismo necessária.

empreitada ficará entre R\$ 40 bilhões e R\$ 50 bilhões, sendo que as arenas consumirão cerca de 10% do valor. O desafio certamente é considerável, mas é superável, desde que tomemos as providências corretas. Exemplos do passado devem servir de lição e os preparativos para a Copa do Mundo devem ser feitos com planejamento e seriedade, tendo em vista não só o sucesso do evento em si, mas o que todo esse investimento deixará ao Brasil ao fim dos jogos. É certamente uma chance para modernizar ao menos as 12 cidades eleitas, elevando o nível de vida da população. Nesse esforço, a engenharia brasileira tem papel fundamental e deve se integrar de forma efetiva, pois não há espaço ao improvisado.



JORNAL DO ENGENHEIRO — Publicação quinzenal do Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo

Diretora responsável: Maria Célia Ribeiro Sapucahy; **Conselho Editorial:** Murilo Celso de Campos Pinheiro, João Carlos Gonçalves Bibbo, Celso Atienza, João Paulo Dutra, Henrique Monteiro Alves, Laerte Conceição Mathias de Oliveira, Carlos Alberto Guimarães Garcez, Antonio Roberto Martins, Fernando Palmezan Neto, Esdras Magalhães dos Santos Filho, Flávio José Albergaria de Oliveira Brízida, Marcos Wanderley Ferreira, Aristides Galvão, Celso Rodrigues, Cid Barbosa Lima Junior, Edilson Reis, Fabiane B. Ferraz, João Guilherme Vargas Netto, Maxwell Wagner Colombini Martins, Newton Güenaga Filho, Osvaldo Passadore Junior, Renato Becker e Rubens Lansac Patrão Filho. **Colaboração:** Delegacias Sindicais. **Editora:** Rita Casaro. **Repórteres:** Rita Casaro, Soraya Misleh, Lourdes Silva e Lucélia de Fátima Barbosa. **Projeto gráfico:** Maringoni. **Diagramadores:** Eliel Almeida e Francisco Fábio de Souza. **Revisora:** Soraya Misleh. **Apoio à redação:** Cyro Soares e Maurício Hermann. **Sede:** Rua Genebra, 25, Bela Vista – São Paulo – SP – CEP 01316-901 – Telefone: (11) 3113-2650 – Fax: (11) 3106-8829. **E-mail:** imprensa@seesp.org.br. **Site:** www.seesp.org.br. **Tiragem:** 23.000 exemplares. **Fotolito e impressão:** Folha Gráfica. **Edição:** 16 a 30 de junho de 2009. **Artigos assinados** são de responsabilidade dos autores, não refletindo a opinião do SEESP.



ANATEC
ASSOCIAÇÃO DE PUBLICAÇÕES

O desafio da conferência nacional de comunicação

Altamiro Borges

APÓS INTENSA PRESSÃO dos movimentos sociais, o presidente Lula finalmente convocou a primeira Conferência Nacional de Comunicação. Foi preciso dobrar a resistência dos barões da mídia, que manipulam corações e mentes de milhões de brasileiros, possuem expressiva e ativa bancada de senadores e deputados e estão infiltrados no próprio Palácio do Planalto, através do ministro das Comunicações – ou melhor, ministro da TV Globo –, Hélio Costa. A conferência está marcada para os dias 1º, 2 e 3 de dezembro e será precedida pelas etapas municipais e estaduais, a partir de julho.

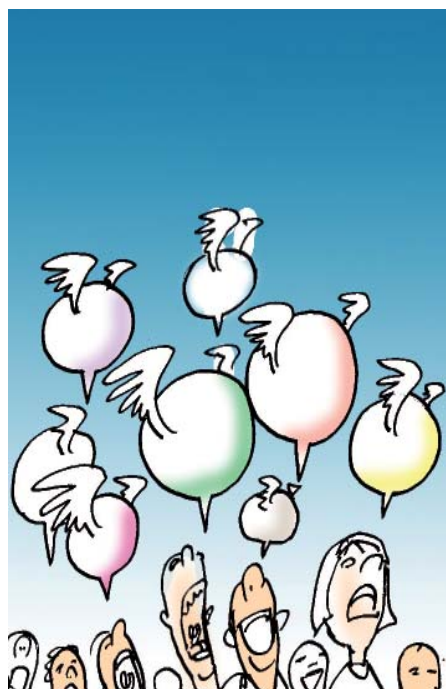
Será a primeira oportunidade na história do País para a sociedade debater o papel da mídia.

Do ponto de vista do sindicalismo, não há dúvidas de que a mídia existente não serve à democracia nem à luta dos trabalhadores. Ela vive desinformando a população, criminalizando os movimentos sociais e atacando os direitos trabalhistas. Qualquer ação sindical é tratada como “bagunça”, como fator de “caos no trânsito”. As leis trabalhistas são encaradas como privilégios; a previdência social é apontada como “gastança”; os sindicatos são rotulados de “corporativos e atrasados”. A mídia hegemônica serve aos interesses do grande capital. Atualmente, ela ocupa o papel do “partido da direita”, atacando as lutas sociais e os governos minimamente progressistas.

Diante desse quadro, a Conferência Nacional de Comunicação ganha enorme importância. Além de diagnosticar seu papel nefasto à sociedade, esta será a oportunidade para apresentar propostas concretas para a democratização da mídia. Medidas como o fortalecimento da rede pública, a revisão dos critérios de concessão às empresas privadas, o incentivo às rádios comunitárias e aos veículos alternativos ou o estímulo à inclusão digital estarão na pauta. A ditadura midiática, que fez de tudo para evitar a conferência, agora tentará impedir as mudanças mais profundas no setor. Não dá para vacilar nessa batalha de caráter estratégico.

Com essa visão, o *Portal Vermelho*, com o apoio da Fundação Maurício Grabois, realizará nos dias 27 e 28 de junho, no auditório do SEESP (*Rua Genebra, 25, na Capital*), o seminário “Propostas concretas para a democratização da comunicação”. O evento terá a presença dos mais renomados especialistas no tema. Além de discutir as medidas para o enfrentamento da ditadura midiática, abordará as experiências recentes em outros países do continente, que também padecem do mesmo mal. O objetivo do seminário é ajudar na construção de uma plataforma de propostas que sirva para municiar os ativistas dos movimentos sociais nas conferências municipais, estadual e nacional.

Altamiro Borges é jornalista, secretário de Comunicação do Comitê Central do PCdoB, editor da revista *Debate Sindical* e autor do livro “As encruzilhadas do sindicalismo” (Editora Anita Garibaldi, 2ª edição)



Qual o horizonte que sua empresa quer alcançar?



Elabore o seu plano de negócios com o suporte do Estado de São Paulo.

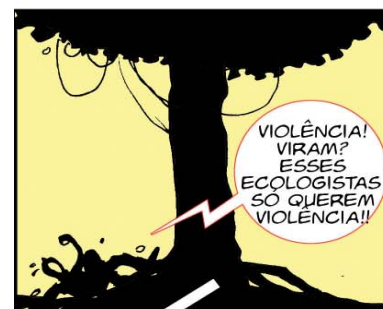


Atendimento
(11) 9173-0651
(11) 3204-9000

Sua ART pode beneficiar o Sindicato dos Engenheiros

Ao preencher o formulário da ART, não esqueça de anotar o código 068 no campo 31. Com isso, você destina 10% do valor para o SEESP. Fique atento: o campo não pode estar previamente preenchido.

AMAZÔNIA ILEGAL



DEBATE *questiona* PROPOSTA DE NOVO PLANO DIRETOR PARA CAPITAL

Soraya Misleh

TRAMITA NA CÂMARA MUNICIPAL o projeto de lei 671/2007, relativo à revisão do atual plano diretor estratégico de São Paulo (Lei 13.430/2002). Encaminhada pelo Executivo municipal ao Parlamento em 2 de outubro de 2007, a proposta tem recebido enxurrada de críticas da sociedade civil organizada. O descontentamento por parte de representantes de comunidades locais e profissionais ficou evidente durante o seminário “Planos diretores estratégicos – O caso de São Paulo”.

O evento foi realizado no dia 27 de maio último, no auditório do SEESP, por essa entidade e pelo seu Conselho Tecnológico Estadual, por intermédio do Comitê Temático “Cidade Sustentável”, e revelou que o consenso quanto ao tema está longe de existir.

Para o sindicato, a pergunta a ser respondida é qual a cidade em que queremos viver e que legaremos às gerações futuras. Em documento que reúne suas contribuições ao assunto, lido durante o seminário pelo diretor da entidade e coordenador do Comitê Temático “Cidade Sustentável”, Fernando Gomes, a conclusão lógica de que “a cidade sustentável, boa para se viver, com habitação de qualidade, depende de investimentos na manutenção e expansão da infraestrutura existente que garantam mobilidade, saneamento ambiental e serviços urbanos (educação, saúde, lazer, cultura, convivência e segurança) adequados e acessíveis”. Proposta que vai ao encontro do que defende o SEESP no documento “Cresce Brasil – Região Metropolitana de São Paulo”.

Conforme o texto elaborado pelo sindicato, para cada alteração no plano é preciso estabelecer metas e garantir recursos para intervenções que considerem: a matriz de transporte de São Paulo e Região Metropolitana, a regulação do mercado imobiliário

e as características físicas do território urbano e culturais, históricas e arquitetônicas do município. Ainda segundo a entidade, “a ideia de sustentabilidade e de um crescimento inteligente da cidade, preservando ao mesmo tempo o meio ambiente e as pessoas, tem tomado corpo na sociedade paulistana, porém sem a devida tradução prática por parte do Estado. Para alcançar essa ‘utopia’, é fundamental ouvir a voz da inteligência metropolitana organizada, a voz da sociedade civil”.

Críticas diversas

Não foi o que ocorreu no processo de construção da proposta, dizem representantes da comunidade e de profissionais. “A Prefeitura tem tratado da questão de forma muito autoritária e impositiva”, queixa-se Kazuo Nakano, arquiteto e urbanista do Instituto Pólis. Na sua concepção, da forma como está, o projeto favorece a especulação imobiliária. Ainda de acordo com ele, a Prefeitura extrapolou as prerrogativas definidas na Lei 13.430 para a revisão, que deveria se ater num primeiro momento às ações estratégicas. “É um novo plano diretor.”

Lucila Lacrete, diretora técnica do Movimento Defesa São Paulo, lembrou durante o seminário que foram feitas várias audiências públicas nas subprefeituras, mas as discussões não alcançaram o cidadão comum. Segundo ela, a revisão deveria avaliar o que está funcionando e estabelecer regras para resolver o que se julgasse necessário. Entre os desafios a serem enfrentados, o fato de 45% do território paulistano ser área impermeabilizada, a insuficiência de parques – apenas pouco mais de 9km² – e o aumento da frota individual de veículos. Na sua concepção, a política de uso e ocupação do solo não leva em consideração esse panorama, tampouco se



No seminário, Fernando Gomes, o vice-diretor da Escola Politécnica da USP e coordenador do Conselho Tecnológico do SEESP, José Roberto Cardoso, o deputado estadual Marcos Martins (PT) e o presidente do SEESP, Murilo Pinheiro.

preocupa com a questão das áreas de várzea e da hidrologia local. O resultado é o adensamento maciço, “principalmente através de operações urbanas, sem levar em conta solo, subsolo e áreas inundáveis”.

Para Lacrete, para alterar esse cenário, na revisão seria preciso reformular pontos como o da outorga onerosa. Por intermédio desse mecanismo existente no atual plano diretor, é possível pagar por um potencial de construção adicional, mediante a aquisição na bolsa de valores de certificados de depósito lançados pela Prefeitura. Com isso, o empreendedor pode ultrapassar o limite permitido no zoneamento. “Levando em conta a característica física da cidade, a forma de planejamento está inviabilizando-a e com isso tem havido perda de mobilidade. A construção tem atendido os interesses do mercado imobiliário. Essa é uma das ações estratégicas que gostaríamos que fosse revista”, enfatizou a diretora do Defesa São Paulo. Na sua ótica, o estoque de

áreas adicionais está praticamente esgotado. Diante disso, “a Prefeitura poderia apresentar qual a estratégia de desenvolvimento de cada distrito. Essa questão deveria ser melhor definida”.

Crítica é feita ainda quanto à retirada de capítulos relativos à educação, emprego e cultura e de diretrizes sobre como ocupar as chamadas macroáreas de urbanização consolidada. “No plano diretor atual, está muito bem definido o que deve acontecer com cada região. Essa subdivisão foi suprimida, o que é um retrocesso absurdo, pois indica que pode se fazer o que quiser com o território.” Com a eliminação, deixa de se levar em conta peculiaridades de cada área, como da periférica e da de operações urbanas. Uniformização que Lacrete vê como problemática. “As diferenças têm que ser respeitadas, até para se saber onde é possível ou não fazer verticalização.”

Defendendo o projeto de lei, Nilza Maria Toledo Antenor, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, explicou que inicialmente estava prevista a revisão dos planos diretor, regionais e da lei de uso e ocupação do solo simultaneamente. Porém, de acordo com seu relato, o Ministério Público entendeu que o Executivo deveria se ater ao primeiro. Para tanto, foram feitas 13 reuniões no Conselho Municipal de Política Urbana e assembleias nas 31 subprefeituras, além de quatro audiências públicas, “uma em cada região da cidade”. Diferentemente do que tem sido afirmado por diversos especialistas, na sua concepção, como resultado, o PL mantém a estrutura atual, fazendo “alguns ajustes, correções e aprimoramentos”.

Segundo ela, o foco foi no desenvolvimento do município de forma sustentável. Entre as propostas, a ampliação do conceito de áreas de intervenção urbana, incluindo entre as já existentes outras, como para a preservação e implantação de projetos habitacionais e para a recuperação ambiental. Outra novidade é a instituição do chamado reajuste fundiário, “para possibilitar a alteração das dimensões e da disposição de lotes e glebas num determinado perímetro, segundo um plano urbanístico específico”.

Não obstante enxergue acréscimos positivos, de ações relativas à questão ambiental e ao apoio logístico de transporte, o autor do atual plano diretor, arquiteto Jorge Wilhelm, também não vê com bons olhos as mudanças destacadas por Lacrete, em especial as supressões feitas. “É um retrocesso no conceito de planejamento, que pode, contudo, ser facilmente corrigido.”

Para tanto, acreditam ambos, o projeto de lei teria que ser devolvido ao Executivo. “Não é possível que a responsabilidade de consertá-lo fique com o Legislativo”, disse a diretora do Movimento Defesa São Paulo. Eles não são voz isolada, pelo contrário. Cento e cinquenta e sete entidades são signatárias de um abaixo-assinado pedindo a retirada do PL 671, para que, como afirmou Lacrete, a Prefeitura o refaça “de forma correta, como a cidade merece”. Toledo rechaçou essa possibilidade. “O Executivo fez o seu papel, o assunto agora está no Legislativo.”

O Parlamento

Segundo o vereador João Antonio (PT), nessa casa já houve a primeira batalha, travada na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça). Relator da proposta nesse espaço, ele apresentou parecer por sua ilegalidade. “A Prefeitura não estava autorizada a apresentar um novo plano.” Ademais, denunciou a

deficiência na consulta popular. Líder da oposição no Legislativo, ele lamenta que, apesar disso, o PL tenha passado por essa etapa. “O caminho agora é fazer as alterações necessárias, preservar o que o plano tem de bom e melhorar o que não tem.”

Líder do Governo na Câmara Municipal e relator do projeto na Comissão de Política Urbana, onde este se encontra atualmente, o vereador José Police Neto (PSDB), ressalta que na CCJ já houve modificações, com a incorporação de artigos referentes a diretrizes sociais. E manifestou o anseio de envolver a sociedade nessa fase. Conforme ele, talvez isso não tenha ocorrido antes de forma ampla “porque a população não sabia o que é o plano diretor”. Para ele, propiciar o acesso a essa informação é o esforço a ser feito agora. “Se se precisa de um plano para tomar a cidade justa, isso não vai acontecer sem esse diálogo.” No cronograma, cinco reuniões regionais ao final deste mês, campanha de informação ao cidadão em julho e na sequência o início de debates abrangendo todos os distritos paulistanos. A ideia é chegar em setembro e outubro com “mais de 50 audiências realizadas”. Ele enfatiza: “As pessoas têm a impressão que os projetos chegam na Câmara prontos e acabados, diminuindo o Parlamento a uma função homologatória da vontade do Executivo, que ele não tem. É a casa da representação popular.” Na sua análise, entidades como o SEESP podem interferir para que “o resultado seja o que a sociedade, na sua capacidade de articulação, quer”. Ele continuou: “Parece absolutamente necessário o início da relação formal dessa comissão com aqueles que podem ter contribuições técnicas.” Visando justamente influir nesse processo, de acordo com Fernando Gomes, o sindicato está agendando com vereadores a entrega do documento que contém as suas proposições. “A ideia básica é apontar as deficiências na discussão.”

Cento e cinquenta e sete entidades são signatárias de abaixo-assinado pedindo a devolução ao Executivo do projeto de lei 671/2007.

Para SEESP, cidade sustentável depende de investimentos na manutenção e expansão da infraestrutura atual.

DELEGACIAS DO SINDICATO – ALTA MOGIANA: Av. Mogiana, 1.885 – Ribeirão Preto – CEP: 14075-270 – Tels.: (16) 3628-1489 - 3969-1802 – E-mail: altamogiana@seesp.org.br. **ARAÇATUBA:** R. Antônio Pavan, 75 – CEP: 16020-380 – Tel.: (18) 3622-8766 – E-mail: aracatuba@seesp.org.br. **ARARAQUARA:** R. São Bento, 700 – 10º and. – sala 103 – CEP: 14800-300 – Tel./Fax: (16) 3322-3109 – E-mail: araraquara@seesp.org.br. **BAIXADA SANTISTA:** Av. Senador Pinheiro Machado, 424 – Santos – CEP: 11075-000 – Tel./Fax: (13) 3239-2050 – E-mail: baixadasantista@seesp.org.br. **BARRETOS:** Av. Cinco, nº 1.145 – CEP 14783-091 – Telefones: (17) 3322-7189 - 3324-5805 - 3322-8958 – E-mails: barretos@seesp.org.br - seespbarretos@uol.com.br - seespbarretos@gmail.com. **BAURU:** R. Domiciano Silva, 6-47 – CEP: 17014-031 – Tel./Fax: (14) 3224-1970 – Página: seesp.org.br/bauru.html – E-mail: secretaria@seesp.org.br. **BOTUCATU:** R. Rangel Pestana, 639 – CEP: 18600-070 – Tel./Fax: (14) 3814-3590 – E-mail: botucatu@seesp.org.br. **CAMPINAS:** R. Antônio Lapa, 1.162 – CEP: 13025-242 – Tels.: (19) 3251-8455 / 4220 – Fax: (19) 3251-8996 – E-mail: campinas@seesp.org.br. **FRANCA:** R. Voluntário Jaime de Aguiar Barbosa, 1.270 – CEP: 14403-365 – Tels.: (16) 3721-2079 - 3722-1827 – E-mail: franca@seesp.org.br. **GRANDE ABC:** R. Antônio Bastos, 664 – Santo André – CEP: 09040-220 – Tel.: (11) 4438-7452 – Fax: (11) 4438-0817 – E-mail: abc@seesp.org.br. **GUARATINGUETÁ:** R. Pedro Marcondes, 78 – sala 34 – CEP: 12500-340 – Tel./Fax: (12) 3122-3165 – E-mail: guaratingueta@seesp.org.br. **JACAREÍ:** Av. Pensilvânia, 531 – CEP: 12300-000 – Tel./Fax: (12) 3952-4840 – E-mail: jacarei@seesp.org.br. **JUNDIAÍ:** R. Marechal Deodoro da Fonseca, 51 – CEP: 13201-002 – Tel.: (11) 4522-2437 – Fax: (11) 4521-4825 – E-mail: jundiaiseesp@terra.com.br. **LINS:** Rua São Pedro, 241 – CEP: 16400-537 – Tel./Fax: (14) 3523-2890 – E-mail: seesp@terra.com.br. **MARÍLIA:** R. Carlos Gomes, 312 – cj. 52 – CEP: 17501-000 – Tel./Fax: (14) 3422-2062 – E-mail: seesp@uol.com.br. **MOGI DAS CRUZES:** R. Coronel Souza Franco, 720 – CEP: 08710-020 – Tel./fax: (11) 4796-2582 – Tel.: (11) 4726-5066 – E-mail: mogidascruzes@seesp.org.br. **PINDAMONHANGABA:** R. Dr. Rubião Junior, 192 – 2º andar – sala 25 – CEP: 12400-450 – Tel./Fax: (12) 3648-8239 – E-mail: pinda@seesp.org.br. **PIRACICABA:** R. Benjamin Constant, 1.575 – CEP: 13400-056 – Tel./Fax: (19) 3433-7112 – E-mail: piracicaba@seesp.org.br. **PRESIDENTE PRUDENTE:** R. Joaquim Nabuco, 623 – 2º andar – sala 26 – CEP: 19010-071 – Tel./Fax: (18) 3222-7130 – E-mail: prudente@seesp.org.br. **RIO CLARO:** R. Cinco, 538 – sala 3 – CEP: 13500-040 – Tel./Fax: (19) 3534-9921 – E-mail: rioclaro@seesp.org.br. **SÃO CARLOS:** R. Rui Barbosa, 1.400 – CEP: 13560-330 – Tel./Fax: (16) 3307-9012 – E-mail: scarlos@seesp.org.br. **SÃO JOSÉ DOS CAMPOS:** R. Santa Elza, 231 – CEP: 12243-690 – Tel.: (12) 3921-5964 – Fax: (12) 3941-8369 – E-mail: seepsjc@hotmail.com. **SÃO JOSÉ DO RIO PRETO:** R. Cândido Carneiro, 239 – CEP: 15014-200 – Tels./Fax: (17) 3232-6299 - 231-2544 – E-mail: sjriopreto@seesp.org.br. **SOROCABA:** R. da Penha, 140 – CEP: 18010-000 – Tel./Fax: (15) 3231-0505 / 3211-5300 – E-mail: sorocaba@seesp.org.br. **TAUBATÉ:** Rua Juca Esteves, 35 – CEP: 12080-330 – Tels.: (12) 3633-5411 - 3631-4047 – Fax: (12) 3633-7371 – E-mail: seesp@taubate@vivax.com.br.





SUPERAR A CRISE E *gerar* POSTOS DE TRABALHO

Soraya Misleh

ESSE TEM SIDO o tema central na 98ª Conferência Internacional do Trabalho, que vem ocorrendo desde 3 de junho, em Genebra, na Suíça, e termina no dia 19. Com a presença de representantes de governos, de entidades de trabalhadores e de empregadores de 182 estados-membros da OIT (Organização Internacional do Trabalho), objetiva a consolidação de um pacto global pelo emprego.

Nessa linha, conforme relatou Murilo Celso de Campos Pinheiro, presidente do SEESP e também da CNTU (Confederação Nacional dos Trabalhadores Liberais Universitários Regulamentados), presente nesse grande fórum global, as diversas nações participantes têm apresentado propostas para a superação da crise financeira internacional e aumento no nível do emprego. “Cada uma está dando suas contribuições ao tema, que tem dominado as discussões.” O Brasil, lembrou ele, tem papel importante nisso. Em situação menos vulnerável em comparação com países centrais – com reservas de US\$ 200 bilhões quando a turbulência começou a ser sentida, em setembro de 2008 –, pode exercer protagonismo nesse enfrentamento e sair ainda mais fortalecido. É o que indicou o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em seu discurso durante a sessão reservada a chefes de Estado no dia 15.

Diante da conjuntura atual, ele defendeu a proposta de pacto mundial: “No momento em que vivemos a pior retração global em muitas décadas, é fundamental que a comunidade internacional se una na busca de respostas. A OIT é o lugar certo para buscar soluções coordenadas para os impasses de uma crise que já atinge a todos.” Segundo sua preleção, alguns tentam transferir esse ônus

aos países mais pobres. Cresce a xenofobia e os imigrantes nas nações centrais, oriundos desses destinos, tornam-se bode expiatório. “A OIT representa uma reserva política, mas também ética e moral. É o que se pode constatar de sua proposta de pacto global pelo emprego. Ai estão contribuições importantes para a criação de um novo modelo, menos concentrador de riqueza.” Como parte dessa rede, Lula anunciou que o Brasil acabara de firmar declaração em Genebra reafirmando compromisso com a agenda do trabalho decente. Além dele, assinaram o documento o diretor-geral da OIT, Juan Somavia, e o ministro do Trabalho, Carlos Lupi. Este último presidiu reunião de representantes de países da América Latina e Caribe em que se discutiram ações conjuntas.

Além de citar exemplos de “experiências bem-sucedidas” no plano interno e no que chamou de cooperação sul-sul – sobretudo com países da América Latina, Caribe e África –, Lula reiterou a disposição nacional por construir um projeto de desenvolvimento conjunto com investimentos produtivos para que seja possível gerar emprego e bem-estar social. Falando em especial aos dirigentes sindicais, recomendou: “Essa é uma oportunidade excepcional para vocês pensarem e produzirem alternativas junto com os empresários para que mude definitivamente a relação Estado e sociedade e que a gente possa construir nos nossos países um mundo mais justo, mais solidário e mais humano.”

Empregos verdes e decentes

A CNTU – assim como a FNE (Federação Nacional dos Engenheiros) e o SEESP, as quais se fizeram representar no evento da OIT através dessa confederação – propugna que se trilhe esse caminho de garantir condições de vida dignas e emprego aos cidadãos mediante a continuidade dos investimentos públicos em prol do desenvolvimento sustentável. Pinheiro asseverou que essa tem sido a visão predominante durante o evento.

O que vai ao encontro do que defende o projeto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento”, lançado pela FNE em 2006. A mão de obra qualificada é fundamental a essa construção.

Na abertura da conferência, Somavia enfatizou em discurso que a crise atual está “nos induzindo a repensar os valores, políticas e práticas que têm conduzido a uma crise mundial do emprego, a um aumento da pobreza e desigualdades e a um descuido generalizado do meio ambiente”. Para ele, ampliar os postos de trabalho e garantir simultaneamente redução nas emissões de carbono deve ser prioridade absoluta na trajetória de desenvolvimento sustentável. O que vem se traduzindo, direta e indiretamente, na criação de empregos verdes, os quais contribuem à preservação e recuperação ambiental. Enfrentar a crise e fazer frente às mudanças climáticas incrementando a geração desses constituem desafios mundiais, destacou Somavia. Para responder a eles, ele afirmou a necessidade de inversão em novas tecnologias. E assegurou: “Os empregos verdes são uma opção viável e eficaz para reativar as economias e criar rapidamente um grande número de postos.” Isso, por si só, não basta. É preciso garantir proteção social e os direitos dos trabalhadores.

Formular um pacto global nessas bases torna-se urgente se se levar em conta os números apresentados por essa organização em documento intitulado “Enfrentando a crise mundial do emprego – A recuperação mediante políticas de trabalho decente”. Conforme suas estimativas, em 2008, o desemprego aumentou em 14 milhões e as perspectivas são de que neste ano somem-se a esse contingente mais 18 a 30 milhões de cidadãos. Como consequência, prevê-se diminuição da renda *per capita* nos países que representam boa parte da economia global. “O Banco Mundial estima que, somente em 2009, 53 milhões de pessoas serão empurradas à pobreza (isto é, deverão subsistir com menos de US\$ 1,25 dos Estados Unidos ao dia).” Entretanto, a força de trabalho continua a se expandir. “A população economicamente ativa, que hoje é de cerca de 3,3 bilhões de pessoas, está aumentando a cada ano, com a chegada de aproximadamente 45 milhões em busca de emprego.” A OIT alerta: “Dezenas de milhões de jovens estão a ponto de abandonar a escola e ingressar em um mercado deprimido. A falta de oportunidades de trabalho decente para quem apenas inicia sua vida laboral poderá comprometer permanentemente suas perspectivas futuras.”

É o que propõe Conferência da OIT, mediante consolidação de um pacto global pelo emprego.



Ministro Lupi preside reunião com representantes de países da América Latina e Caribe durante conferência. No detalhe, a comitiva brasileira, incluindo o presidente da CNTU e do SEESP, Murilo Pinheiro.



Fotos: Fernando Palmezan

Novidades Novidades Novidades Novidades Novidades Novidades Novidades

Curso de marcenaria

No Ateliê da Madeira, na Rua Tonelero, 354, Lapa, na Capital. No curso básico, o associado ganha uma aula adicional mensal, não cumulativa, com duração de três horas. Mais informações pelo telefone (11) 3872-0334, e-mail [cursos@ateliemadeira.com.br](mailto: cursos@ateliemadeira.com.br) e no site www.ateliemadeira.com.br.

Casa de repouso

Localizada em Santana de Parnaíba, interior de São Paulo, a Casa de Repouso Acalanto oferece seus serviços para pessoas da terceira idade, com cinco refeições balanceadas diárias, transporte de emergência e assistência médica permanente. Há ainda terapia ocupacional, duas vezes por semana, ginástica orientada por técnico de educação física, com alongamento, caminhada, ioga, dança, jogos, entre outros. Fica na Estrada Municipal, 369, Terras de San Nicolau (altura do km 39 da Rodovia Castelo Branco). Mais informações pelo telefone (11) 4155-1658 e no site www.casaderepousoacalanto.com.br. Desconto de 5%.

Convênios Convênios Convênios Convênios Convênios Convênios

Educação

- **FespSP (Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo)** – Estão abertas inscrições para o segundo semestre de 2009 para cursos de pós-graduação *lato sensu* em Globalização e Cultura; Política e Relações Internacionais; Gestão de Transportes e Trânsito Urbano; Sociopsicologia; Gestão Pública; Meio Ambiente e Sociedade; Gerência de Sistemas e Serviços de Informação. Rua Doutor Cesário Mota Júnior, 266, Vila Buarque, na Capital. Informações pelo telefone (11) 3123-7800 e no site www.fespsp.org.br. Bolsa parcial de 15%; ex-aluno, 20%.
- **Instituto Presbiteriano Mackenzie** – Inscrições até o dia 28 de junho nos cursos de pós-graduação nas unidades de São Paulo, Tamboré e Campinas. Informações pelo telefone (11) 2114-8704 e no site www.mackenzie.br. Descontos não cumulativos nas mensalidades de 10%.
- **Unilins (Centro Universitário de Lins)** – Inscrições abertas para novas

Rede Cinemark com desconto

Podem ser adquiridos na sede do SEESP pelo preço de R\$ 10,00 e trocados nas bilheterias dos cinemas até o dia 31 de outubro de 2009 (mediante consulta prévia sobre disponibilidade) ingressos para a Rede Cinemark. Promoção válida na Capital e no Interior do Estado de São Paulo, exceto nas salas do Shopping Iguatemi, Vip Cidade Jardim e 3ª Dimensão. Mais informações pelo telefone (11) 3113-2664 e no site www.cinemark.com.br.

Orientação nutricional

Serviços de *personal diet* com desconto de 15% é o que oferece a nutricionista Brunna Maria de Mendonça Garcia Reis. Envolve elaboração de plano alimentar, avaliação antropométrica (em que se verifica o estado nutricional) para identificar a porcentagem de gordura corporal, orientação quanto à compra e armazenamento de alimentos, dicas de nutrição, elaboração de dieta personalizada e outros. Atende na Rua Colonial da Missão, 377, Itaquera, na Capital, em domicílio ou no local de trabalho do cliente. Mais informações pelos telefones (11) 2097-3146, (11) 9156-2181 e e-mail brunna.nutri@yahoo.com.br.

- turmas aos cursos de pós-graduação *lato sensu* de Engenharia de Segurança do Trabalho e outros. Aulas no SEESP: Rua Genebra, 25, Bela Vista, na Capital. Informações pelo telefone 0800-7713090 e no site www.unilins.edu.br. Início das aulas condicionado à formação de turmas. Preço promocional ao filiado.
- **Universidade de Mogi das Cruzes** – No dia 1º de julho abrem as inscrições aos cursos de pós-graduação *lato sensu*, na *campus* de Mogi. Avenida Dr. Cândido Xavier de Almeida Souza, 200, Centro Cívico. Informações pelos telefones 0800-192001, (11) 4798-7080/7096 e no site www.umc.br. Desconto de 20%.
- **Universidade Ibirapuera** – A partir do dia 15 de junho estarão abertas as inscrições, pela Internet, aos cursos de pós-graduação *lato sensu* nas unidades da Chácara Flora e Moema. Informações pelos telefones (11) 5694-7954/7955, e-mail pos@ibirapuera.br e no site www.ibirapuera.br. Desconto de 25%.

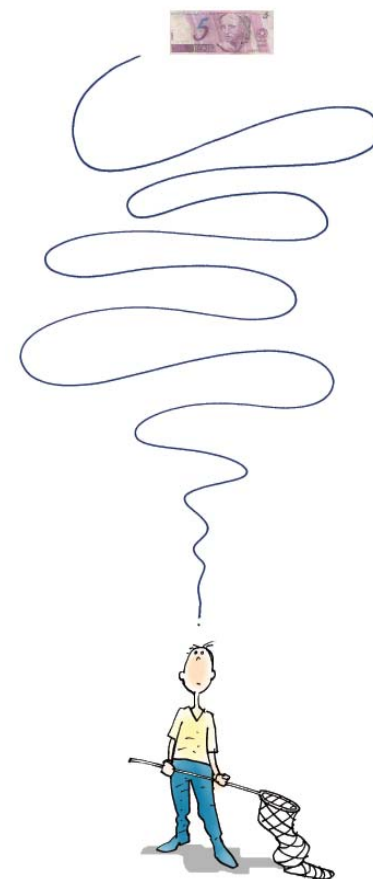
Ação pode elevar valor da aposentadoria

OS SEGURADOS DA Previdência Social podem fazer a desaposentação ou a troca de benefício. Segundo o advogado Nelson de A. Noronha Gustavo Jr., a finalidade é permitir que se obtenha uma remuneração melhor que a atual, nas situações em que tenha efetuado contribuições posteriores à aposentadoria ou ao mudar de regime previdenciário. Para fazer o pedido, é necessário provar que, com o deferimento, a nova situação será mais vantajosa do que a que já se desfruta. “Ninguém pode ser prejudicado no âmbito do benefício já garantido.”

Ele explica que embora não exista para tanto previsão legal na área administrativa da Previdência Social, que nega objetivamente a possibilidade, essa começa a ser, gradativamente, admitida pelo Poder Judiciário, com a formação de jurisprudência favorável. “Em recente decisão, o STJ (Superior Tribunal de Justiça) criou precedente inestimável, admitindo expressamente a desaposentação, consentindo ao segurado a renúncia ao benefício, com a respectiva contagem do tempo de contribuição. Maior importância deve ser ainda atribuída a esse precedente, na medida em que a decisão do STJ, a par de garantir a melhoria do benefício, deixou de exigir a devolução de quaisquer valores recebidos anteriormente pelo segurado.” Avaliando que a Previdência Social, ante a inexistência de lei específica, considera as aposentadorias irreversíveis e irrenunciáveis, o Judiciário admitiu ser desnecessário esgotar a via administrativa. Isso porque, havendo norma expressa que impede o agente do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) de proceder tal concessão, a questão passa diretamente ao âmbito da Justiça, esclareceu o advogado.

É importante ressaltar que, com a desaposentação, o segurado não deixa de receber, normalmente, o benefício mensal até o julgamento da ação. Após decisão favorável, o valor da aposentadoria será majorado e haverá ainda o pagamento da diferença entre o benefício novo e o anterior, acumulados desde a data da propositura da ação. A quitação será feita em uma única parcela.

Interessados na ação podem contatar o escritório de advocacia Noronha Gustavo Advogados, conveniado ao SEESP, pelo telefone (19) 3295-3573 ou e-mails julio@noronhagustavo.adv.br e advogados@noronhagustavo.adv.br.





HOMENAGEM AO PRESIDENTE DO SEESP



Beatriz Arruda

Em cerimônia realizada na sede dessa entidade, no dia 29 de maio último, a Associação dos Engenheiros Estatutários de São Paulo homenageou o presidente do sindicato, Murilo Celso de Campos Pinheiro, entregando-lhe um diploma de reconhecimento pelo apoio, atuação e competência na luta pelo piso profissional travada pelos estatutários. Além dele, foi homenageado na ocasião o associado emérito Antonio de Pádua Amaral Mello, ex-presidente da Agroesp (Associação dos Assistentes Agropecuários do Estado de São Paulo), pelos serviços prestados à classe.

Crise, universidade e desenvolvimento

Esse foi o tema de simpósio promovido pela Pró-reitoria de Cultura e Extensão Universitária da USP (Universidade de São Paulo), no dia 27 de maio último, que contou com a participação do SEESP, representado pelo seu diretor Allen Habert. Na sua ótica, é o momento de repensar a expansão sobre novas bases, “em padrão socioeconômico que inclua todos os brasileiros no benefício do progresso”.

Segundo sua fala, as entidades dos engenheiros têm papel importante nisso. O projeto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento”, lançado pela FNE (Federa-

ção Nacional dos Engenheiros) em 2006, que conta com a adesão dos sindicatos a ela filiados, entre os quais o SEESP, não está superado. Continua a demanda por avançar rumo ao futuro no desenho de um projeto nacional de desenvolvimento sustentável com inclusão social. O que “não é possível sem uma melhora da qualidade dos serviços públicos em todos os setores”. Por isso, como destacou o diretor do sindicato, a CNTU (Confederação Nacional dos Trabalhadores Liberais Universitários Regulamentados) lançará uma campanha nacional sobre o tema.

Prioridade a projeto de lei sobre mobilidade

Na gaveta por quase dois anos, finalmente está sendo retomado o PL da mobilidade (nº 1.687/2007). Prioridade no Comitê Técnico Nacional de Mobilidade Urbana, em que a FNE (Federação Nacional dos Engenheiros) tem assento, representada por Laerte Mathias, a proposta foi apensada a outros projetos, como o PL 694/1995, que institui diretrizes para o transporte coletivo urbano do País. A sociedade civil defende sua alavancagem, mas que se dissocie do projeto relativo ao mototáxi, sobre o qual há oposição, por entender que o serviço representa risco ao usuário. A expectativa, conforme Mathias, é de votação ainda neste ano.

Jacareí discutirá engenharia pública neste mês

A Delegacia Sindical do SEESP na cidade realizará no próximo dia 25 de junho seminário sobre o tema. A iniciativa integra a proposta da entidade de discutir nas diversas regiões do Estado a regulamentação da Lei nº 11.888/08, de 24 de dezembro de 2008, relativa à assistência técnica pública gratuita à população de baixa renda. O palestrante será o deputado federal Paulo Teixeira (PT). Deve participar ainda representante da Caixa Econômica Federal. O evento será sediado no Salão Nobre Eng. Edson Mega de Miranda da Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Jacareí, na Avenida Pensilvânia, 531, Jardim Flórida, a partir das 19h30. Para confirmar presença e obter mais informações o telefone é (12) 3952-4840.

Parceria Brasil-Alemanha

O presidente do SEESP, Murilo Pinheiro, conjuntamente com outros dirigentes, recebeu no dia 21 de maio último, para um café da manhã na sede do sindicato, na Capital paulista, os representantes da Associação de Engenheiros Brasil-Alemanha. A entidade visitante foi fundada em 1956 em São Paulo e tem estimulado a transferência de tecnologia entre os dois países. Sua apresentação coube ao

presidente Edgar Horny. Ao seu lado esteve o diretor executivo, Bernd dos Santos Mayer.

Como resultado desse encontro, ficou definido o estabelecimento de um termo de cooperação científico-tecnológica entre as duas organizações. Entre os objetivos dessa parceria, assegurar aos filiados de ambas a participação em atividades e cursos promovidos por elas e a realização conjunta de eventos.



Beatriz Arruda

Murilo Pinheiro, Edgar Horny e Bernd dos Santos Mayer: parceria em prol dos engenheiros.

Campanhas salariais

Cetesb – Reunidos em assembleia em 15 de junho último, os engenheiros que atuam na Cetesb aprovaram proposta da empresa para assinatura do Acordo Coletivo de Trabalho 2009/2010. Com isso, foi suspenso movimento grevista previsto para o dia seguinte. Destacam-se: reajuste de 6,05% sobre os salários e de 10% para benefícios como vale-refeição, vale-alimentação, auxílio-creche e auxílio-excepcional, além de garantia no emprego para 95% do efetivo de pessoal em 30 de abril último.

Metrô – A categoria aprovou em assembleia no dia 9 de junho proposta da empresa para assinatura do Acordo Coletivo de Trabalho 2009. Entre os itens, destacam-se reajuste de 6,69% sobre os salários de abril de 2009 e de 6,05% sobre o valor dos benefícios; renovação das demais cláusulas do acordo vigente; pagamento de PLR, sendo 60% proporcionais ao salário e 40% fixos, com adequação dos valores nas faixas de vencimento iniciais.

CPFL – Os sindicatos recusaram proposta feita pela empresa para reajuste salarial e de benefícios na segunda reunião de negociação, no dia 9 de junho, em Valinhos. As entidades reafirmaram o pleito de que a CPFL considere itens como reposição salarial pelo ICV-Dieese, aumento real de acordo com o PIB de 2008, piso profissional, melhoria da PLR, entre outros. Também se manifestaram em relação ao nível de rotatividade, no acordo atual, em 2,5%.



Oportunidades

Segundo levantamento feito até dia 4 de junho, a área de Oportunidades & Desenvolvimento Profissional do SEESP dispõe de vagas para engenheiros nas seguintes modalidades e quantidades assinaladas: civil (quatro), química e elétrica e eletrônica (duas), mecânica e ambiental (três), sistemas da informação (uma). Para se cadastrar e inserir seu currículo, acesse o site www.seesp.org.br, link Oportunidade Profissional. Mais informações pelo telefone (11) 3113-2666.